

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2017

(DO SR. LINCOLN PORTELA e outros)

Solicita ao Sr. Ministro de Justiça e Segurança Pública informações a respeito da nacionalidade e dos valores dos equipamentos de monitoramento eletrônico de apenados (tornozeleiras eletrônicas) utilizados pelos Sistema Carcerário brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Torquato Lorena Jardim, as seguintes informações relacionadas como o monitoramento eletrônico de apenados:

- a) a nacionalidade dos dispositivos de monitoramento eletrônico utilizados no Sistema Prisional brasileiro;
- b) qual é o custo unitário mensal dos dispositivos de monitoramento eletrônico utilizados.

JUSTIFICAÇÃO

Sabe-se que o monitoramento eletrônico é uma importante ferramenta criminal que possibilita ao Estado fiscalizar o cumprimento de decisões judiciais, além de consubstanciar um meio alternativo de encarceramento. Entretanto, é cediço que o Poder Público não detém recursos ilimitados, devendo o Estado aplicar os escassos recursos de forma eficiente para que satisfazer todas as funções e finalidades estatais. Desse modo, a problemática envolvendo a ampliação ao acesso ao monitoramento eletrônico esbarra em um grande óbice: a falta de informação precisa sobre os custos dos apenados brasileiros.

Nesse contexto, para que se possa verificar se o arcabouço legislativo existente sobre o monitoramento eletrônico de apenados (tornozeleiras eletrônicas), o Poder Legiferante precisa obter informações acerca da nacionalidade dos dispositivos, assim como o custo mensal, utilizados pelo Sistema Prisional para que se possa estabelecer Políticas Criminais mais adequadas a situação vigente.

Tendo em vista a relevância das questões ora declinados, requeremos que o Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, com a maior brevidade possível, encaminhe as informações postuladas.

Sala de Sessões, de de 2017.

Lincoln Portela
Deputado Federal